

ARTIGO

OS EFEITOS DO PROINF NO PROGRAMA TERRITORIAL DO TERRITÓRIO VALE DO RIO VERMELHO

Autor: Ricardo Camargo Orientador: Prof. Doutor Gabriel Medina

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão acerca do Programa Territorial e sua prática a favor da qualidade de vida dos agricultores familiares através das políticas públicas dentro do Território do Vale do Rio Vermelho em Goiás. Essa discussão se volta para avaliar os efeitos de trinta e sete projetos de investimentos de 2003 a 2009, desenvolvidos pela política do PRONAF - Infra-estrutura e PROINF, junto aos agricultores familiares do Território do Vale do Rio Vermelho. Serão avaliados três segmentos de cada projeto envolvido neste programa; sendo um beneficiário (agricultor familiar) um membro do colegiado (representante da sociedade civil ou publica) e um representante executor ou proponente do projeto através da coleta de dados numa metodologia baseada na percepção. Depois serão avaliados os dados nas dimensões econômica, organizacional, social e ambiental que os investimentos destes projetos promoveram junto aos agricultores familiares. Os resultados demonstraram que na dimensão econômica a renda familiar dos beneficiários houve um aumento de até 35% a 70% com a implantação dos projetos, organizacional as instâncias gestoras dos projetos são associações e em menor escala a prefeitura e cooperativa, na dimensão social houve melhora na qualidade de vida dos beneficiários após a implementação do projeto. Por outro lado na dimensão organizacional houve um longo prazo por parte do poder publico para a conclusão de tais investimentos e na dimensão ambiental os projetos não contemplam os aspectos ambientais nem de sustentabilidade.

Palavras-chave: Programa territorial, agricultura familiar, políticas públicas.

1. Introdução

Este presente estudo resulta da tentativa de compreender as estratégias do enfoque territorial para o desenvolvimento rural na geração de políticas públicas que possam trazer transformações significativas ao esgotado modelo de desenvolvimento rural.

2. Objetivo

Assim este trabalho será dividido em três discussões, sendo a primeira uma abordagem ao programa nacional de territórios rurais. Neste tema abordaremos as políticas públicas relacionadas ao meio rural após a constituição de 1988 e a estruturação de formas organizacionais através da participação social e a deliberação em novos espaços institucionais, criados tanto na esfera estatal quanto na esfera pública, como formas privilegiadas de tornar as decisões mais inclusivas, democráticas e efetivas.

A segunda análise será a representatividade, importância econômica e participação no colegiado territorial da agricultura familiar. Este tema destacara a realidade da agricultura familiar em Goiás e específico o Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho (TCVRV) demonstrando a importância deste segmento em nº de estabelecimentos, área ocupada, representação de suas entidades e organizações políticas e seu potencial econômico. Segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011), a produção de leite predomina em quase todas as propriedades dos agricultores familiares do TCVRV, onde o efetivo bovino do território no ano de 2000 era de 1.135.799 e passou em 2009 para 1.279.745 cabeças, um crescimento de 143.946 cabeças, ou seja, 12,6%.

E por último analisar de forma mais específica, através de um estudo de caso, os efeitos do desenvolvimento de uma política pública territorial chamada de PRONAF Infraestrutura e PROINF, de 2003 a 2009, junto aos agricultores familiares dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

O principal objetivo deste trabalho é entender o programa de Territórios Rurais no Brasil, com o propósito de avaliar os efeitos que as políticas territoriais, como o PRONAF Infraestrutura e PROINF, geraram nas categorias analíticas de organização e econômica dos agricultores familiares do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

3. Metodologia

O Trabalho pode ser classificado como uma pesquisa O objetivo desta análise será de avaliar as categorias analíticas organizacionais e econômicas promovidas pelos 36 projetos do PRONAF Infraestrutura e PROINF, de 2003 a 2009, junto aos agricultores familiares, dos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho que foram contemplados pelos recursos. Para isto serão aplicados 3 questionários, sendo o primeiro no executor dos projetos, o segundo no membro do colegiado e o terceiro no beneficiário totalizando 108 entrevistas.

Foi feito também levantamento bibliográfico em publicações específicas e relacionadas ao tema de estudo (LAKATOS, 1992).

4. Programa Nacional de Territórios Rurais

No Brasil, principalmente após a constituição de 1988 e particularmente no caso das políticas públicas para o mundo rural desde o início da década de 1991, há uma forte preocupação com mecanismos que propiciem a participação social e a deliberação em novos espaços institucionais, criados tanto na esfera estatal quanto na esfera pública, como formas privilegiadas de tornar as decisões mais inclusivas, democráticas e efetivas.

Esses novos espaços institucionais se fundamentam na idéia de que boa parte dos problemas apresentados pelas políticas públicas destinadas a promover mudanças é resultado do não envolvimento dos beneficiários dessas políticas em seu processo decisório.

É neste contexto que recentemente a participação social passa a ser valorizada pelas diversas esferas governamentais. Para isto os conselhos tornaram-se os mecanismos participativos mais disseminados, especialmente após a constituição de 1988 e das respectivas leis de 1990 que regulamentaram suas atribuições e funcionamento. É também a partir daí que esses mecanismos institucionais (conselhos) se legitimam como instâncias gestoras de políticas públicas (Institucionalismo e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condra, 2010).

È a partir daí que esses mecanismos institucionais (conselhos) se legitimam como “Instâncias gestoras de políticas públicas” (Institucionalismo e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf, 2010).

4.1 Constituição do PRONAF Infraestrutura, Planos e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

Em 1995 com a remodelação administrativa e política da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) – naquela época localizada no âmbito do Ministério da Agricultura – foi possível repensar as políticas de desenvolvimento rural. O primeiro passo foi a criação do PRONAF, que foi regulamentado a partir de 1996. Foi constituído também uma linha especial denominada de PRONAF Infraestrutura, que destinava recursos aos municípios para obras básicas de infraestrutura no meio rural .

Para ter acesso aos recursos dessa linha de crédito os governos locais deviam elaborar Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) para serem aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentáveis (CMDRs). Assim seguindo a lógica conselhistas da década de 1990, anteriormente comentada, foram constituídas estruturas institucionais de caráter local (CMDR), estadual (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR) e nacional (Conselho Nacional) para fazer a gestão do programa. Pela primeira vez em sua história, o país passou a ter uma política específica para o segmento familiar, gerida por um conselho com representantes das próprias organizações de agricultores familiares.

Em 1997 com a criação do Gabinete Extraordinário da Política Fundiária, que, em 1999, passou a ter o status de MDA. Nesse mesmo momento o PRONAF migrou do Ministério da Agricultura para o novo ministério, criando-se a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Isto delimitou as duas áreas centrais de ação do MDA: política agrária e a política de apoio a agricultura familiar..

Também foram criadas as câmaras técnicas onde houve a participação do NED (Institucionalismo e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf, pág. 96, 2010).

4.2. Territórios da Cidadania: Concepções gerais, historicidade e especificidades

A política de desenvolvimento dos territórios rurais vem sendo implantada oficialmente no Brasil desde 2003, ano de início do governo Lula, tendo como objetivo o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do

país, a necessidade premente de combater todos os tipos de desigualdades e o papel fundamental do sistema familiar de produção, emprego e renda, e a dinamização socioeconômica local e regional. Esta política pública considera as características econômicas, sociais e ambientais de cada território rural, formulando seus planos de ações com base nas necessidades e potencialidades das pessoas que habitam uma determinada região geográfica. A definição desses territórios ocorre em espaços públicos, normalmente em conselhos, onde os atores sociais rurais procuram formar alguns consensos básicos a partir dos quais são definidos os programas e ações governamentais. Para implantar essa nova concepção de política foi criado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), cuja finalidade é organizar as ações governamentais a partir do fortalecimento da gestão. Para isto foram formados os órgãos chamados de colegiados territoriais como espaço de discussão, planejamento, negociação e execução de ações que promovam o desenvolvimento. Estas institucionalidades são compostas paritariamente por representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais nas diferentes esferas (Institucionalismo e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf, 2010).

Em dezembro de 2006, a realização do Salão Nacional dos Territórios Rurais em Brasília, revelou os avanços dos projetos em que estão os conceitos adotados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios e em 2008 é criado o programa “Territórios da Cidadania” .(Perico, 2009)

Este programa possui o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre o governo federal, estadual e municipal são fundamentais para a construção dessa estratégia. O território é formado por um conjunto de municípios com a mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. (Territórios da Cidadania, 2009)

A aplicação de estratégias do enfoque territorial para o desenvolvimento rural vem resultando na geração de políticas públicas que trazem transformações significativas ao esgotado modelo do desenvolvimento rural. O modelo territorial não é novo no Brasil, um país de ampla tradição de gestão regional e territorial que atende aos enormes e espaciais desafios inerentes à sua dimensão e a sua diversidade territorial. A

experiência nos termos da nova estratégica (dos Territórios de Identidade) favorece a execução e o impacto, ao mesmo tempo em que permite aprender com as experiências acumuladas pelos territórios rurais de todo o país.

Esta iniciativa permite ao MDA envolver diversos atores e a amplos espaços de participação de diversas organizações, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a igreja e os sindicatos. O MDA consiste em converter essa participação em esforços que se reflitam em territorialização. Para obter esse objetivo o MDA deve utilizar ferramentas de interlocução com as organizações de base (sindicatos, ONGS, movimentos sociais) e a qualificação metodológica acumulada para articular os diferentes atores. (Perico, 2009)

A estratégica de fortalecimento da agricultura familiar implica levar temas de interesse dos conselhos. Assim, os temas gerais como educação e saúde deve passar por conselhos menores e maiores de forma articulada, o que supõe uma articulação entre os conselhos e uma condução estratégica das discussões.

No próximo capítulo descreveremos sobre o Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho localizado no estado de Goiás que será objeto de estudo.

4.3 O Território do Vale do Rio Vermelho: origem, especificidades

O Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho - GO abrange uma área de 12.040,50 Km² e é composto por 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru e Uruana.

A população total do território é de 149.616 habitantes, dos quais 34.650 vivem na área rural, o que corresponde a 23,16% do total. Possui 7.287 agricultores familiares, 1.080 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,74.

“O povoamento de Goiás até a década de 60 do século XVIII apresentava-se bastante concentrado, especialmente na região Centro-Sul (em torno de Vila Boa, sede do governo da capitania). Na região, além da sede do Governo, existiam na época (1760), os arraiais de: Anta, Ouro Fino, Santa Rita, Guarinos, Rio Claro (Iporá), Jaraguá, Meia Ponte, Corumbá e São Francisco das Chagas.

A partir do século XIX com a aproximação e posteriormente a chegada das ferrovias ao território goiano, acarretou uma transformação econômica e expansão do povoamento rumo a novas áreas, seja através da fundação, seja através da estabilização de numerosos povoados e sítios de lavoura e criação de gado. É nesse contexto que surgem os demais municípios do território rural “Vale Rio Vermelho”, criados por lei: Buriti de Goiás-1992, Carmo do Rio Verde-1952, Córrego do Ouro (1934), Goiás-1736, Guaraíta-1992, Heitorai-1963, Itaberaí-1868, Itaguarí- 1988, Itaguarú-1958, Itapirapuã-1958, Itapuranga-1953, Morro Agudo de Goiás-1988, Mossâmedes-1952, Sanclerlândia-1963, Taguaral de Goiás-1963 e Uruana-1948.”

Os municípios do Território são na sua maioria compostos de pequenas e mini propriedades e de percentual elevado de produtores de Agricultura Familiar. Os municípios de propriedades maiores e de grande extensão territorial, como Heitorai, Goiás, Itaberaí e Itapirapuã são contemplados com Assentamentos de Reforma Agrária, sendo o município de Goiás, o de maior número de assentamentos do Brasil, pelo que se consta, até o momento. A maioria dos municípios tem mais de 70,46% de estabelecimentos de agricultura familiar como é o índice do Estado.

A base da economia do território é a Agropecuária, com terras de boa fertilidade e aptas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, tanto de subsistência como comercial. As produções de arroz, feijão, milho e mandioca, mostram a agricultura de subsistência com a venda de excedentes, na sua maioria. As culturas de soja, cana-de-açúcar e Eucalipto estão em franca expansão e a fruticultura tem se tornado uma alternativa e aptidão de inovação e incremento no movimento das propriedades, como ótimas opções de uso das terras e melhoria da movimentação financeira dos agricultores familiares, no entanto a fruticultura não é desenvolvida em grande escala dentro do território uma vez que o carro chefe da produção ainda é a bovinocultura.

4.4 Agricultura familiar: representatividade, importância econômica e participação no colegiado territorial

De acordo com o IBGE (2009) o estado de Goiás possui 88.456 estabelecimentos familiares com área de 3.329.630 há e os não familiares com 47.247 estabelecimentos ocupando área de 22.353.918 há.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) coloca que no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho há 7.287 propriedades de

agricultores familiares, 1.080 assentados em 37 assentamentos ocupando uma área de total de 205.225 há. Os agricultores familiares estão em maior número dentro do território, mas ocupam área menor.

Tabela 1- Número e área de estabelecimento familiar e não familiar.

Município	Estabelecimento familiar	Família assentada	Área	Estabelecimento não familiar	Área
Buriti de Goiás	110	8	3.556	68	13.155
Carmo do Rio Verde	431	-	9.441	109	20.198
Córrego do Ouro	243	-	9.064	125	30.387
Goiás	1368	624	58.185	669	208.849
Guaraíta	257	-	3.842	69	11.449
Heitoraí	250	89	6.297	76	12.673
Itaberaí	910	213	21.134	337	74.112
Itaguari	239	-	5.710	36	5.649
Itaguaru	426	-	7.193	101	13.366
Itapirapuã	306	146	14.450	325	202.519
Itapuranga	1.119	-	19.904	340	48.177
Morro Agudo de Goiás	266	-	8.579	61	17.249
Mossâmedes	412	-	12.052	207	46.100
Sanclerlândia	345	-	11.151	142	36.013
Taquaral de Goiás	242	-	5.508	88	10.583
Uruana	363	-	9.160	195	29.006
Total	7.287	1.080	205.225	2.948	779.483

A representação dos agricultores familiares se dá através de entidades como associações, cooperativas, sindicatos dos trabalhadores, sindicatos dos produtores, movimentos sociais, movimentos ligados a Igreja. Estas entidades estão ligadas politicamente a várias representações como movimento dos trabalhadores rurais sem

terra (MST), movimento de libertação dos trabalhadores sem terra (MLST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Camponês Popular (MCP).

A participação econômica dos agricultores familiares no estado de Goiás de acordo com o IBGE (2009) é significativa, pois são responsáveis por 66% da produção da cultura da mandioca, 9 % da produção de milho, 45 % da produção de arroz, 34% da produção de suínos, 21% da produção de aves e 42% da produção de leite. A produção de leite predomina em quase todas as propriedades dos agricultores familiares isto se justifica nos dados do PTDRS (2011) onde o efetivo bovino do território no ano 2000 era de 1.135.799 e passou em 2009 para 1.279.745 cabeças, um crescimento de 143.946 cabeças, ou seja, 12,6%.

As chamadas lavouras permanentes e temporárias são de grande importância dentro do território influenciando o desenvolvimento em alguns municípios que possuem aptidão para essas atividades produtivas como podemos identificar no PTDRS, pag74:

Com relação às lavouras permanentes destaca-se a fruticultura, onde as maiores produções no Território hoje são a banana com 42.113 toneladas de produção ao ano; em segundo lugar vem a produção de laranja com 12.690 toneladas produzidas; em terceiro lugar está a produção de tangerina com 6.776 toneladas; em quarto lugar está a produção de goiaba com 5.550 toneladas; em quinto lugar está a produção de mamão, com 1.300 toneladas; em sexto lugar está a produção de limão com 560 toneladas e, em sétimo lugar está a produção de café com 370 toneladas. As lavouras temporárias são produzidas 1.376.075 toneladas de produtos. As maiores produções são a cana-de-açúcar com uma produção de 1.125.089 toneladas-ano, representando 22,3% de toda a produção do Território; em segundo lugar vem a produção de milho com 133.894 toneladas; em terceiro lugar está a produção de arroz com 36.460 toneladas; em quarto lugar está a produção de soja, com 29.952 toneladas; em quinto lugar está a produção de tomates com 19.925 toneladas; em sexto lugar está a produção de mandioca com 18.795 toneladas; em sétimo lugar vem a produção de feijão com 11.260 toneladas e por último, em oitavo lugar está a produção de abacaxi com 700 toneladas.

A receita obtida pelos estabelecimentos familiares no estado de Goiás segundo o IBGE (2006) coloca que em 17.487 estabelecimentos gerou R\$ 4.052.798, de produtos vegetais e em 81.341 estabelecimentos gerou R\$ 1.258.697,00 de animais e seus produtos. Estes dados demonstram que este setor possui grande influência econômica para o estado de Goiás.

5. Estudo de caso

Este estudo de caso avaliará o efeito do programa territorial através da aplicação dos recursos do PRONAF Infraestrutura e PROINF. O objetivo desta análise será de identificar as atividades econômicas promovidas pelos projetos de 2003 a 2009 e o seu impacto nos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho junto aos agricultores familiares. Os municípios presentes no Território são Goiás, Itaberaí, Heitoraiá, Mossâmedes, Sancrerlândia, Buriti de Goiás, Córrego do Ouro, Taquaral de Goiás, Itaguaru, Itaguari, Itapuranga, Carmo do Rio Verde, Guaraíta, Uruana e Morro Agudo.

Para isto foram aplicados 3 questionários, sendo no proponente dos projetos, no membro do colegiado territorial e no beneficiário dos municípios que foram contemplados por recursos do programa territorial. Os questionários possuem o objetivo de analisar as categorias analíticas organizacionais e econômicas dos agricultores familiares do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

Na categoria analítica organizacional busca compreender a relação que a implantação da política territorial promoveu junto aos agricultores familiares, suas organizações e também as entidades públicas municipais, territoriais e estaduais.

Na categoria analítica econômica os dados permitirão analisar os resultados da política territorial no que se refere a cadeia produtiva, comercialização, geração de renda e melhoria de vida dos agricultores familiares.

6. Resultado dos dados

6.1 Na categoria analítica organizacional

Os dados identifica que a política territorial do PRONAF INFRAESTRUTURA e o PROINF permitiram a construção de uma rede de relações entre os próprios agricultores e com varias instituições do território.

Figura 1 - Parcerias promovidas pelo projeto

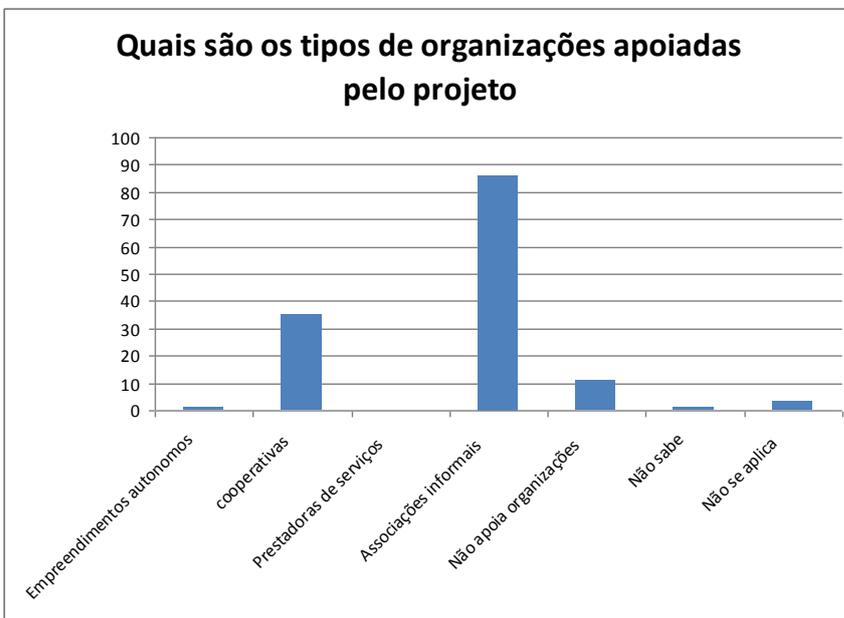


Nos dois gráficos abaixo identificamos as entidades gestoras dos projetos dos agricultores familiares e que há predomínio das associações em maior escala e seguida pela prefeitura e cooperativa. E que as associações e cooperativas dos agricultores familiares são as entidades apoiadas nestes projetos. Estes dados demonstram que as entidades ligadas aos agricultores familiares predominam na gestão e no recebimento dos recursos oriundo dos projetos.

Gráfico 2 – Importância das entidades

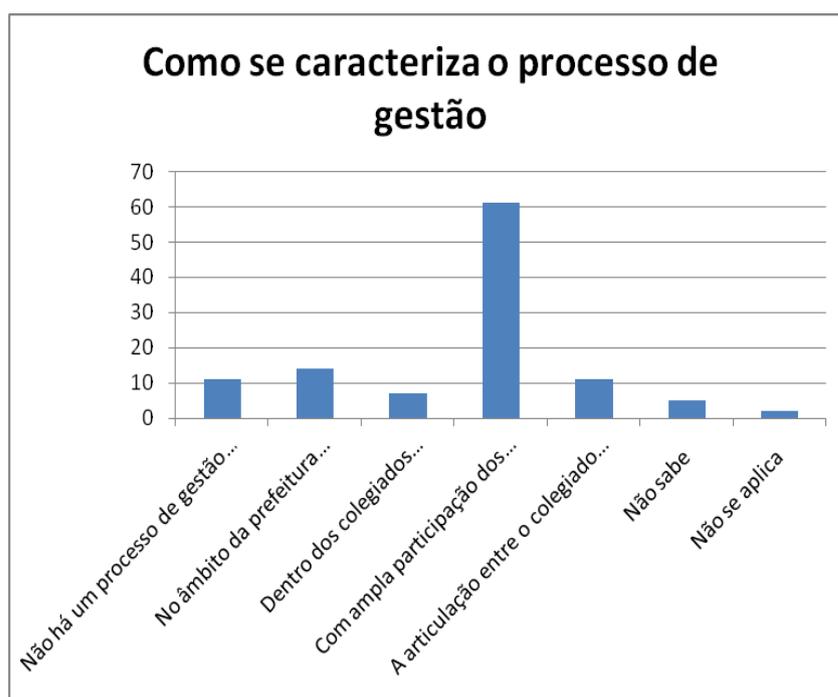


Gráfico 3 - Entidades apoiadas pelos projetos



Neste gráfico os dados apresentam que a gestão é desenvolvida pelos próprios agricultores fortalecendo a discussão de gestão social proposta pelo programa territorial rural.

Figura 4- Processo de gestão



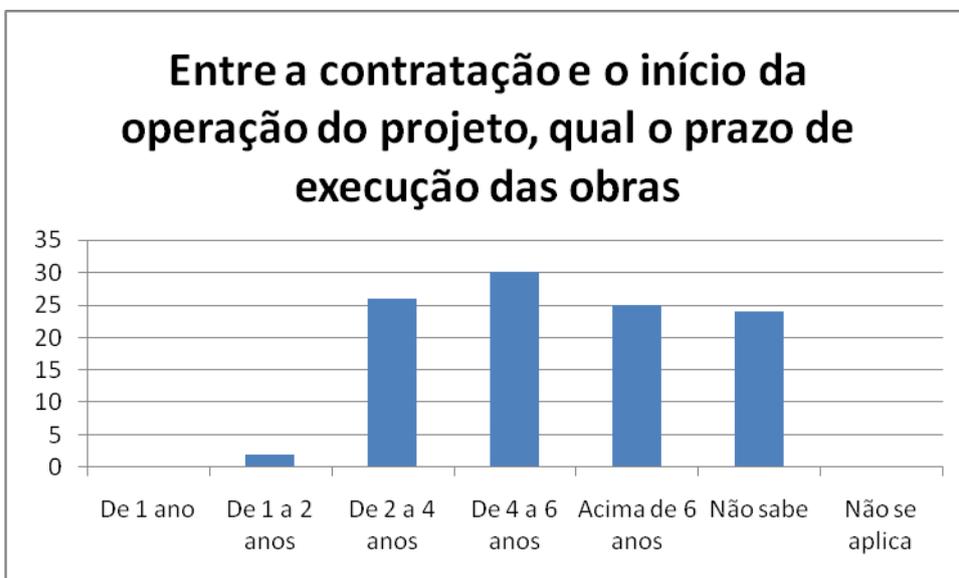
Apesar dos aspectos positivos demonstrados nos gráficos acima, há dificuldades no desenvolvimento dos projetos, como identificado, neste caso, os custos dos insumos é a limitação para o desenvolvimento das cadeias produtivas dos projetos.

Figura 5 – Dificuldades para operar os projetos



Outra dificuldade encontrada para a implantação dos projetos refere ao longo prazo de execução das obras que variam de 2 a 6 anos desestimulando a discussão proposta pelo programa territorial.

Figura 6 - A dificuldade de implantação dos projetos



As parcerias desenvolvidas nos projetos são com o governo municipal em maior escala e em menor escala com as entidades de assistência técnica e com o governo do estado.

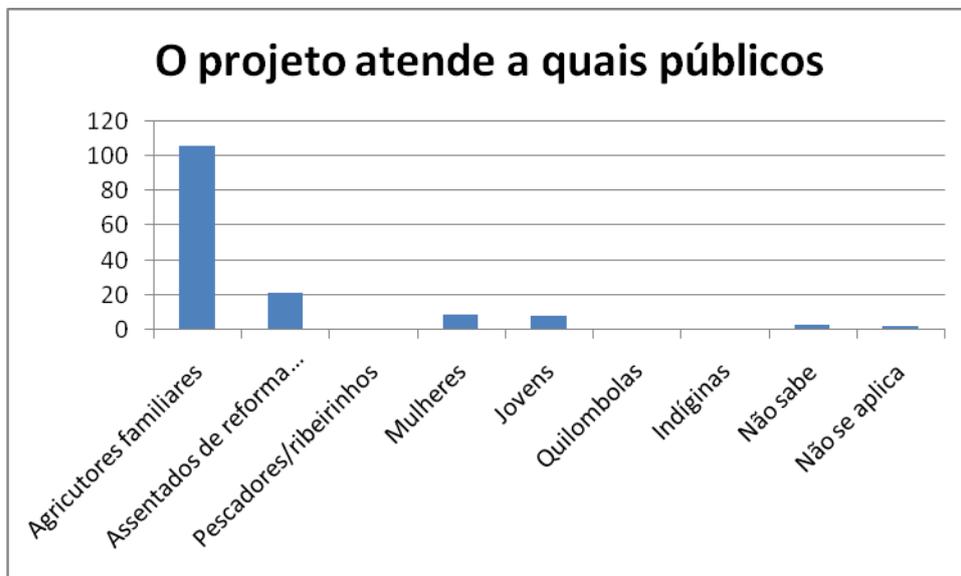
Figura 7- Parcerias dos projetos



Na categoria analítica econômica os dados identificam que o público atendido são os agricultores familiares e que os mesmos com a implantação do programa territorial melhoraram sua renda e condição.

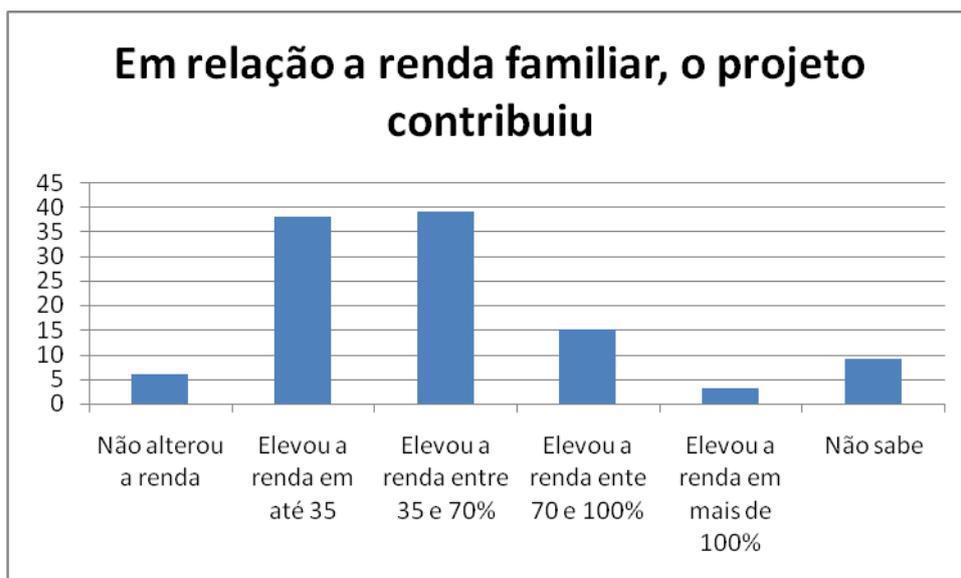
Estes dados demonstram que o público atendido nos projetos são os agricultores familiares em maior escala e em menor escala os assentados pela reforma agrária e que as mulheres e jovens são poucos beneficiados pelo programa.

Figura 8- Público atendido pelos projetos



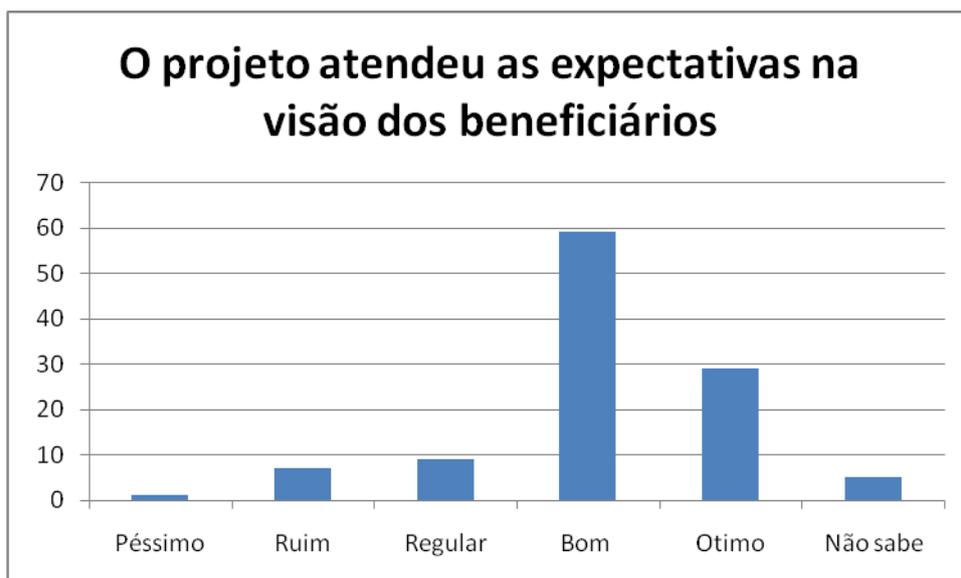
Estes dados demonstram que a renda das famílias beneficiadas após a implantação do programa territorial houve elevação de 35% a 70% que são índices elevados.

Figura 9 – Geração de renda dos beneficiários



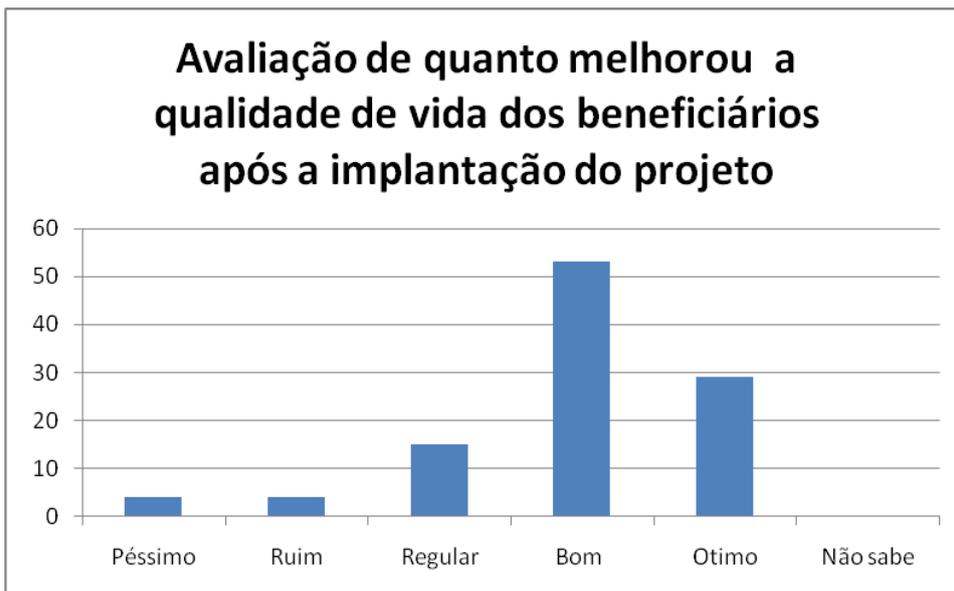
O projeto também atendeu as expectativas na visão dos beneficiários demonstrando que houve um processo de envolvimento dos mesmos na discussão e aplicação dos recursos do programa territorial.

Figura 10 – Expectativa dos beneficiários nos projetos



Este gráfico avalia após a implantação dos projetos do programa territorial se houve melhoria da qualidade de vida dos beneficiários que neste caso são os agricultores familiares. O resultado indica que houve melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Figura 11 - Avaliação da qualidade de vida dos beneficiários



7. Conclusão

O estudo de caso analisando as categorias analíticas organizacionais promovidas pela implantação do programa territorial através do desenvolvimento da política territorial do PRONAF INFRAESTRUTURA e do PROINF que estabeleceram através dos projetos implantados aos agricultores familiares do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho um sistema de relação que podemos classificar como rede, pois houve a valorização da relação entre os próprios agricultores e suas entidades, também houve uma melhora da relação com as instituições municipais, territoriais e estaduais. Esta relação permite que a organização dos agricultores e suas entidades tornem-se competitivos junto às grandes empresas. Estas relações se tornam estratégias e são também desenvolvidas pelas grandes empresas, para serem competitivas no mercado.

Conforme Caetano et. al (2011), a inovação aberta ou as parcerias é uma das estratégias utilizadas pelas empresas para otimizar os processos de inovação no desenvolvimento de tecnologia.

Nesta análise podemos relacionar os modelos de parcerias que ocorrem junto à agricultura familiar é como um processo de inovação, onde há parcerias de agricultores e entidades para amenizar os problemas de produção de escala, baixo capital para investimento, dificuldade de acesso à tecnologia e informação com intuito de gerar produtos mais competitivos no mercado.

E estas parcerias constituíram em um sistema de rede que possibilitou na análise da categoria analítica econômica, um aumento da renda e melhoria de vida dos agricultores familiares beneficiados, demonstrando resultados práticos da viabilidade da continuação de tais programas.

Referências bibliográficas

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas- SP: Huncitec editora da Unicamp, 1998.

BATALHA, Mário Otávio, BUAINAIN, Antônio Márcio e FILHO, Hildo Meirelles de Souza. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. 2003.

CAETANO, Mauro, KURUMOTO, Juliana Sayuri, AMARAL, Daniel Capaldo. Estratégica de Integração entre Tecnologia e Produto: Identificação de Atividades Críticas no Processo de Inovação. RAI – Revista de Administração e Inovação (ISSN 1809-2039). No prelo, 2012.

CAETANO, Mauro, ARAUJO, Claudiano Sales, AMARAL, Daniel Capaldo e GUERRINI, Fabio Muller. Open innovation and technology development process: the gap on partnership adoption from a case study perspective. 2012.

CAMPBELL, Hugh Campbell, ROSIN, Christopher, HUNT, Lesley, FAIRWEATHER, John. The social practice of sustainable agriculture under audit discipline: Initial insights from the ARGOS project in New Zealand. Journal of Rural Studies, 2012.

CANADA, Javier Sanz e VÁZQUEZ, Alfredo Macías. Quality certification, institutions and innovation in local agro-food systems: Protected designations of origin of olive oil in Spain. Journal of Rural Studies 21 (2005) 475–486.

DEIMLING, Moacir Francisco e BRAZ, Ricardo Jardim. Os canais de distribuição da agricultura familiar para a comercialização de seus produtos: o caso da região de Chapecó/SC. Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó. Chapecó, SC, 2005.

GUERRERO, Luis, CLARET, Anna, VERBEKE, Wim, VANHONACKER, Filiep, ENDERLI, Géraldine, ROSSE, Claire Sulmont, HERSLETH, Margrethe, GUÁRDIA, Maria Dolores. Cross-cultural conceptualization of the words Traditional and Innovation in a food context by means of sorting task and hedonic evaluation. journal homepage: www.elsevier.com/locate/foodqual. 2012.

GOLDSMITH, Arthur. The Private Sector and Rural Development: Can Agribusiness Help the Small Farmer? WorldDevelopment. Vol. 13, No. 10/11. pp. 1125-1138, University of Massachusetts, Boston, 1985.

Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2009. 267p.

MORAN, Warren e COCKFIN, Chris. The State and Rural Systems. Journal of Rural Studies, Vol. 5, No. 4, pp. 313-324,1989.

PARKER, Jason S., WILSON, Robyn S., LEJEUNE, Jeffrey T., RIVERS, Louie, DOOHAN, Douglas. An expert guide to understanding grower decisions related to fresh fruit and vegetable contamination prevention and control. journal homepage: www.elsevier.com/locate/foodcont, 2011.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Morais Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

KLEIJNEN, Mirella Kleijnen, LEE, Nick e WETZELS, Martin. An exploration of consumer resistance to innovation and its antecedents. Journal of Economic Psychology, 2009.

KURUMOTO, Juliana Sayuri, CAETANO, Mauro e AMARAL, Daniel Capaldo. Desenvolvimento de produto ou desenvolvimento de tecnologia: qual a diferença? 14º SIMPEP, 2007.

WATANABE, Eluiza Alberto de Morais e TREDEZINI, Cícero Antônio de Oliveira. A LOGÍSTICA DAS HORTALIÇAS PRODUZIDAS EM ITAQUIRAÍ-MS. 48º Congresso da SOBER, 2010.

SCHMIDT, Michele C., KOLODINSKY, Jane M., SISTO, Thomas P. De e CONTEA, Faye C.. Increasing farm income and local food access: A case study of a collaborative aggregation, marketing, and distribution strategy that links farmers to markets. Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development, ISSN: 2152-0801, Volume 1, Spring-Summer, 2011.

Territórios da Cidadania. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Março de 2009.